

ASPECTOS POLÊMICOS DA NOVA LEI DE IMPRENSA

JOSÉ AUGUSTO DELGADO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

É válida a fixação de indenizações, ad nutum do juiz que apreciar ações envolvendo pedidos de reparação? Há necessidade de lei específica para regular a imprensa brasileira? A imprensa brasileira é responsável? A responsabilidade civil apresentada no Projeto de Lei é demasiada? Estas e outras questões acham-se explicitadas na entrevista que o Ministro José Augusto Delgado, do STJ concedeu a esta Revista.

Revista CONSULEX - O Sr. acha prudente não limitar o valor das indenizações no Projeto de Lei de Imprensa que ora tramita no Congresso?

José Augusto Delgado - No meu entender não se deve deixar a critério dos juizes a fixação de limites financeiros da indenização. Penso que, para maior segurança das partes, a lei deve estipular o mínimo e o máximo, tendo em vista as circunstâncias dos fatos que envolvem a relação jurídica. É muito propiciador de discórdia e de insegurança a permissão, pela lei, de fixação de critérios subjetivos patrimoniais.

CONSULEX - E quanto à modificação das penas?

Delgado - Quanto às penas, eu sempre defendi que as penas privativas de liberdade não regeneram não somente no Brasil, como em todo o mundo. É um problema que a ciência do Direito penal está enfrentando, que tem se constituído um desafio para que outras soluções sejam encontradas. Sou plenamente favorável, no momento atual, à aplicação da pena de serviços prestados à comunidade e a pena pecuniária. E além do mais penso em um outro tipo de pena com a função de reeducar o autor de delitos. Essa reeducação, penso, produziria muito mais efeitos que quaisquer outras penas. Sei que não é fácil estabelecer

um processo de reeducação para tais agentes, mas entendo que não é impossível.

CONSULEX - No seu entender, é necessário uma lei específica para a categoria ? Isso não é discriminatório?

Delgado - Sou contra uma lei específica que desfavorece uma determinada categoria, ou segmento da sociedade. Acho que o nosso ordenamento jurídico comporta, através dos códigos já instituídos, especialmente o Código Penal, com rápidos aperfeiçoamentos, posições que permitam se controlar, pelos meios punitivos já mencionados, a prática de delitos. Uma lei específica para jornalistas poderá criar privilégios que não são outorgados aos demais cidadãos ou impor a esta classe determinadas coações mais graves que as impostas também aos demais cidadãos.

CONSULEX - Ministro, o Sr. não acha que se apoiando uma lei específica para a imprensa, apesar de ela já existir há 30 anos, em um determinado momento não se estará criando a oportunidade para que outras categorias profissionais também venham a ser legisladas?

Delgado - Corretamente. O precedente, já existente, poderá ensejar que outras propostas surjam e sejam aprovadas. Por exemplo, para se criar uma lei especialmente para os políticos, ou somente para os magistrados, etc. E nós nos encaminharíamos para uma situação em que haveria uma desigualdade na aplicação da lei penal, para fatos que tenham a mesma natureza, apenas sendo diferenciados pela categoria profissional dos agentes. A exemplo disso é que a nossa Lei de Imprensa, até hoje, não tem tido os resultados muito positivos. A razão disso é que estão tentando modificá-la. Mas esta modificação que está se tentando é tímida, porque não está alcançando os interesses dos jornalistas, nem das editoras e nem dos cidadãos que possam se sentir ofendidos pelos excessos da categoria. Isso realmente não é fácil de se conseguir.